

Memória 52ª Reunião ordinária

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigo Borges	
4- Eduardo Figueiredo	2- Instituto BioAtlântica - Ibio
5- Sérgio Andrade	3- Natureza Bela
6- Rubens Benini	4- The Nature Conservancy
7- Alex Moraes	5- Geopixel
8- Juliano Dias	6- Fibria
9- Narcisio L. Loss	
10- Vítor Moraes G. R. Trigueirinho	
11- M ^a Graças R. Depolo Barcelos	7- Associação dos Moradores de Costa Dourada
12- Célio Roberto C. Costa	
13- Rosa Penzza	8- Fundação Jupaará
14- Alexandre Di Ciero	9- Suzano
15- Thiago S. Rizzo	
16- Mariana H. Andreatta	
17- Estevão Braga	
18- Waldir Paixão Graciano	10- Assoc. Moradores Comunidade Oliveira Costa
19- Wilson Andrade	11- Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF
20- Patrícia Orrico	12- FIEB/CIN
21- Sami Melo A. Porto	13- SEBRAE-BA
22- Pablo S. Vieira	14- Associação dos Nativos e Amigos de Caraíva - ANAC
23- Damião Braz	15- Funai
24- Rosiane Luíza Braz	16- Apoinme
25- Romildo Afonso da Silva	17- Associação Comun. Beneficente Nova Caraíva - ASCBENC
26- Márcio Braga	18- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
27- Luís Cláudio Senna	19- fórum Desenv. Sustentável Conceição da Barra
28- Bruna A. Amaral	20- 2Tree Consultoria
29- Pedro Cardoso	21- Veracel
30- Beline Passos	22- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
31- Asher Kiperstok	23- UFSB
32- Edmundo Guimarães	24- Associação Guias Costa Descobrimento - AGTur
33- Almir Requião	25- Manguezal Meu Quintal



Dia 19 de março

Após os participantes se apresentarem, o secretário executivo consultou a plenária acerca de uma troca na ordem dos assuntos da pauta, iniciando a reunião com a exposição do tema Madeira para Uso múltiplo - Resultados do Workshop e Próximos Passos ao invés do Status Atual do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal, previsto como o primeiro assunto da pauta. A alteração foi acatada pela plenária.

1.- Apresentação do tema Madeira para Uso múltiplo - resultados do Workshop e próximos passos

O representante da ABAF iniciou a apresentação lembrando que o workshop tomou corpo por conta da provocação do Fórum Florestal Bahia e que por conta disso as pessoas que se debruçaram sobre o tema procuraram experiências bem-sucedidas em outras partes do país, a exemplo de Telêmaco Borba e do arranjo produtivo da madeira em Minas Gerais. Relatou que o Sebrae comprou a ideia, trouxe pessoas e parcerias. Entre as quais a Federação da Indústria do estado da Bahia, a Confederação Nacional da Agricultura, o Sindicato das Indústrias de Móveis, Senar, dentre outros parceiros. Em seguida, apresentou o programa Mais Árvores Bahia, que tem como uma das vertentes incentivar o produtor rural a investir no plantio de florestas comerciais para uso múltiplo. Informou que uma das ideias surgidas a partir do workshop em Teixeira de Freitas é ativar o polo moveleiro instalado no Distrito Industrial, criado há 10 anos e que tem capacidade maior do que está operando hoje. No local tem um galpão grande e áreas de incubadoras todos com equipamento de 1º mundo e com capacidade para abrigar 25 empresas, mas no momento só tem 6 em operação. Comentou que o workshop surpreendeu pela participação, lotando as 142 cadeiras do auditório, com um dia de troca de experiências com presença maciça e participação de agentes de desenvolvimento e instituições de crédito (Desembanco, BB, BNB e CEF). E conseguiu reunir os 3 vértices: os produtores de madeira para uso múltiplo, os processadores de madeira (serrarias, fábrica de móveis etc), os usuários dos produtos finais de madeira (representados pelas revendedoras de materiais de construção e pelos sindicatos) e os maiores usuários da madeira. Explicou que o objetivo é gerar resultados em termos de empregos, renda, crescimento sustentado com inclusão dos pequenos produtores e processadores. Durante o workshop, o produtor falou de suas dificuldades e o mercado foi mostrado, com várias opções do que pode ser feitas no estado com outras cadeias produtivas, além do artesanato. Argumentou que se o polo moveleiro do Sul da Bahia der certo, já tem 3 outros polos em construção: Litoral Norte, Oeste da Bahia e Sudoeste (Vitória da Conquista). Apontou como o próximo passo uma reunião no dia 22 de abril, onde um plano de ações vai ser discutido e aprovado. Relatou que no dia anterior ao workshop foram feitas visitas em Porto Seguro e Teixeira de Freitas e em uma

delas foram a um produtor que tem na sua propriedade 1/3 de pecuária, 1/3 de eucalipto e 1/3 de café irrigado. Frisou que este é o futuro que se tem para escapar da monocultura, que foi estimulada e induzida, em boa parte, pelas instituições de crédito. Ressaltou que eucalipto é madeira barata e competitiva, pois custa 1/10 do preço e se devidamente produzida, manejada, colhida e secada tem qualidade das melhores madeiras. Discorreu sobre a preocupação que havia de o produtor ter resistência de produzir outra variedade de eucalipto para outros fins, mas que não existe esse problema, tendo inclusive produtores que estão fazendo estacas para pimenta do reino, outros que estão vendendo madeira de eucalipto para o Pará, ajudando a substituir a madeira nativa. Afirmou que Oscar, do Fórum Florestal Bahia, e Gleyson, da Aspex, vão coordenar a matéria dos módulos do curso para os produtores para que caiba e fique adequado ao figurino local.

Durante o debate, a representante de Costa Dourada observou que a madeira de eucalipto sempre teve dificuldade de aceitação no mercado e que muitas serrarias, inclusive de seu pai, fecharam as portas por causa disso. O representante da ABAF concordou, falou que o preconceito é enorme, embora o preço seja vantajoso e que o objetivo é trabalhar não só com mercado local, mas exportação como a Lyptus. No mercado nacional já tem plano de ação de estado, com distribuição de folheteria na Feira de São Bento, além de trazer o governo do estado para promover incentivos fiscais, como fez com fábricas de calçados. E pontuou que assim como acontece no Fórum Florestal, no grupo da Madeira para Uso Múltiplo quem dá a ideia fica responsável pela execução, com cada organização trazendo sua expertise. O representante de Oliveira Costa afirmou que existe resistência, mas comunidades estão mostrando que o uso do eucalipto é realidade. E que é preciso incentivar que os pequenos produtores plantem seu próprio eucalipto e que inserir madeiras nas comunidades que trabalham com artesanato e pode ser saída. O secretário executivo finalizou a apresentação afirmando que o ponto suscitado pelo representante de Oliveira Costa vai ser discutido no GT da Madeira para Uso Múltiplo e vai ter continuidade e que participará da reunião do GT no dia 22 de abril e levará inquietudes da plenária.

2.- Status atual do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal - propostas para divulgação ampla dos resultados

- Nos municípios de influência da Veracel

O representante do Ibio informou que o contrato entre Veracel e o consorcio Ibio, Econamfi LEEC foi formalizado em setembro de 2014 e durará até agosto de 2015. Explicou que a equipe conta com 5 interpretes trabalhando em Ilhéus e Porto Seguro. Falou também que foi feita campanha de campo em meados de outubro de 2014, que durou uma semana onde foram pegos 1789 pontos GPS para conferência das classes de uso do solo. Após foi produzido um relatório que se encontra em análise pela Veracel. As atividades do projeto estão em andamento normal, conforme o cronograma executivo aprovado pela Veracel. E a previsão da conclusão da classificação visual é ao final do mês de abril de 2015.

- Nos municípios de influência da Suzano e Fibria

O representante da Geopixel, empresa vencedora do edital para realização do Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal nas áreas da Fibria e Suzano expôs, inicialmente, o perfil da empresa (quem somos, portfólio, produtos e futuras instalações), passando para o escopo do projeto, fluxo de atividades e cronograma atual. Enfatizou que os objetivos estão bem definidos, sendo o principal deles saber como está a evolução da cobertura vegetal nos 13 municípios da área de influência das empresas. Ainda serão identificadas através de imagens de satélite as áreas de ocupação de pecuária, agricultura, entre outros usos, visto que não existe atualmente mapeamento que permita ter este acompanhamento. Um dos pilares do

trabalho é manter uniformidade com o monitoramento realizado na área da Veracel. Considerou também importante o trabalho de campo que será realizado num período de 2 meses, com equipe colhendo cerca de 700 amostras da vegetação e referenciando com informações GPS, foto e formulário padrão da cultura. Lembrou que esta etapa contará com envolvimento de agentes locais, pessoas que conhecem características da região, e para isso conta com o apoio dos membros do Fórum Florestal Bahia para elencar estas pessoas. Falou ainda que o projeto contempla atividades de treinamento e transferência de conhecimento. O monitoramento na área da Veracel está sendo utilizado como material de apoio, assim como os projetos Cafesat e Canalsat, realizado pelo Inpe. A primeira etapa terá 2 municípios-piloto, com empresas avaliando os resultados. Afirmou que serão apresentados os resultados no FF por volta do meio do projeto (setembro) e próximo do final (fevereiro). A previsão de término é até 5 de fevereiro de 2016 e a estimativa é que mapeamento de 2013 esteja concluído no final de agosto. O representante da Suzano sugeriu que se faça apresentação desse primeiro momento na plenária de setembro e na primeira de 2016. Continuando, o representante da Geopixel disse que o projeto é muito importante para o planejamento do território e para as empresas e que o foco é entregar mapeamento que atenda as expectativas. Entre os próximos passos, está pensar numa solução para compartilhamento destes dados, definindo como informação vai ser disponibilizada, como vai ser divulgada, atendendo empresas e FF. E sugeriu a criação de um portal na web – WebGIS – para informações serem consumidas de forma mais simples e mais rápida. Explicou que a diferença do Google Maps é que o WebGIS é um sistema mais elaborado, que permite publicar relatórios e um gerenciamento maior.

O representante do Ibio informou que a organização tinha a ferramenta GeoAtlântica onde as informações do monitoramento da Veracel foram colocadas por um determinado tempo, mas que saiu do ar. E que no final de abril fica pronta a reformulação da GeoAtlântica, que passará a se chamar IGEO, que poderá ser utilizada para agrupar as informações dos monitoramentos da Veracel, Fibria e Suzano e que possibilita a criação de um conjunto de informações para a tomada de decisões, como exemplo usou os indicadores para gestão das águas. Perguntado pela representante da Fundação Jupará sobre a disponibilização dos dados para a base, o representante da Geopixel respondeu que serão realizadas oficinas e todo o desenvolvimento vai ser realizado e desenhado em conjunto com o FF. Por sua vez, o secretário executivo argumentou que a forma de apresentação dos resultados do monitoramento deve ter vários níveis, podendo visualizar facilmente e outros níveis onde vai aumentando a profundidade das informações, que são compreensíveis para os técnicos de geoprocessamento, por exemplo. E observou que, como o trabalho de campo da Geopixel vai começar logo, o ideal é que plenária contribua indicando pessoas mais apropriadas para participar do treinamento, selecionando perfil mais adequado. Lembrou que a aplicação dos questionários é um outro trabalho e que o estudo da Geopixel vai de Itamaraju até Mucuri. O representante da IAPA comentou que o monitoramento na área da Fibria e Suzano é um grande ganho em relação ao Google Maps, que tem mapas da região de 30 anos atrás. E que para o trabalho de campo devem ser indicadas pessoas conhecedoras de fato do território. Solicitou ainda que se faça a mobilização do grupo do Mosaico e da RBMA que não estão ativos acompanhando o trabalho, não tendo participado do edital nem da escolha da melhor opção.

O representante da Natureza Bela pediu esclarecimento porque no levantamento da Veracel a área mínima é de meio hectare e porque na Suzano é de 6,5ha nas imagens de maior resolução é de 10ha nas de menor resolução. O representante da Geopixel informou que imagens que a Veracel forneceu tinha resolução de 30cm enquanto as da área da Suzano e Fibria é de 5m de resolução. Que a empresa está atendendo o que está especificado no Termo de Referência em relação a escala e área mínima e que é possível reduzir área mínima, mas o planejamento foi definido nesta métrica. O representante da Suzano ponderou que este é o pontapé inicial e que em vários casos, como nos grotões, é preciso imagem mais detalhada e que nos próximos estudos pode-se ver a viabilidade de adquirir imagens com maior resolução.

Encaminhamentos:

- 10 a 15 dias para receber indicações de quem vai receber treinamento e quem vai acompanhar no campo.
- Representante do Ibio vai disponibilizar ementa do curso de SIG, realizado na 1ª etapa do Monitoramento Independente Cobertura Vegetal na área da Veracel.

3.- Gestão das Águas

O representante do Ibio abordou a experiência da organização na gestão dos recursos hídricos da Bacia do Rio Doce (MG), na qual atua como Agência de Águas, com contrato assinado pela ANA, esclarecendo que cabe ao Ibio, entre outras funções, a administração e a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia, os quais devem ser usados integralmente em projetos para melhoria da qualidade e do volume da água da bacia.

Explicou como funciona o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e como foi feito o plano de bacia, que demandou 3 anos para ser feito e com previsão de R\$ 3,3 bilhão. Ressaltou que as decisões dos comitês de bacia têm força de lei e que é a Lei das Águas necessita de uma revisão, pois, apesar de bem construída, a execução é falha, corrigindo lacunas e colocando questões inovadoras. Entre elas, como incentivar empresas e instituições a investir e ter respaldo financeiro. Em relação ao questionamento da representante de Costa Dourada de que não se vê florestas no entorno do Rio Doce, concordou e disse que as condições ambientais são as piores possíveis, com nível de água de 50%.

Utilizando um mapa da bacia do Rio Doce, elucidou que com uma imagem de baixa resolução já se consegue perceber onde são as áreas prioritárias para intervenção. A partir daí dá um zoom e começa entender ao nível da microbacia quais são as ações que devem ser feitas. Argumentou que no final das contas, a ideia é que a priorização gere projetos de restauração da vegetação nativa, de CAR, de saneamento, de infraestrutura hídrica e principalmente de arranjos produtivos locais, definindo, por exemplo, quem é que pode através da adequação ambiental da sua fazenda fornecer água para um determinado setor e receber pagamento por serviços ambientais-PSA. Destacou que a vantagem deste modelo é que ao invés de serviço ambiental ficar lastreado dentro de uma prefeitura, pode ser negociado dentro do comitê de bacias. Para ele, uma das grandes vulnerabilidades do serviço ambiental é que se ele ficar atrelado à prefeitura, quando muda o prefeito pode cair. Mas se for definido dentro do comitê, que é tripartite, tem força de lei. O representante da TNC citou o exemplo da cidade de Extrema, onde a implementação de um programa de pagamento de serviços ambientais só foi possível porque o município ficou por 16 anos com gestores da mesma família, incentivadores da ideia. Continuando, o representante do Ibio notou que esse é o viés que está sendo trabalhado junto com os comitês, que estabelece o que e como priorizar, e que desta forma quando chega para um financiador ou para o MP e fala que já foi aprovado no comitê a conversa é outra, porque existe retroalimentação. Comunicou que em concordância com os comitês nas regiões prioritárias está sendo feito um trabalho de campo, com geólogo, agrônomo e biólogo para um aprimoramento das informações e fazer uma modelagem mais local.

Enfatizou a necessidade de valorização do comitê como ferramenta, como órgão capaz de tomar decisões e que os arranjos produtivos locais sejam chancelados dentro do comitê. Afirmou que para isso está se investindo bastante em camadas de informações para trabalhar dentro do comitê que não é técnico, sendo, deste modo, melhor trabalhar com visualização do que com relatórios e estudos. Explicou que é melhor chegar com imagem da propriedade do produtor do que tentar convence-lo de uma coisa que ele não consegue enxergar. Falou em seguida da plataforma IGEO que foi desenhada para fortalecer o trabalho na bacia do Rio Doce, mas que a ideia é disponibilizar para todos os parceiros. E que se está falando do monitoramento, de exposição das imagens, a intenção é o fortalecimento dessa ideia. Frisou que se o FF está pensando em utilizar um portal, considere o que já está pronto e é sem custo para o FF e para os parceiros estratégicos. E que a ideia é fortalecer a quantidade de

informações para auxiliar na tomada de decisões, seja do poder público, organizações, sociedade civil, quem quer que seja. Finalizando, enfatizou que na região do Extremo Sul da Bahia existem 2 rios extremamente importantes: Jequitinhonha e Mucuri e que o fortalecimento dos comitês de bacia locais pode ser uma estratégia interessante para acoplar essa região, que tem viés ambiental e florestal de megadiversidade, dentro da estratégia maior estabelecida pelo Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Observou que o Mucuri já está contemplado no plano de bacias do lado mineiro e que MG já estabeleceu planos de bacia para o Jequitinhonha e que como reflexão para a plenária deixaria a sugestão de colocar para conversar os governos da BA e MG.

4.- Andamento dos trabalhos direcionados a elaboração do(s) Plano(s) Participativo(s) de recuo do litoral no município de Mucuri

Em sua explanação, o secretário executivo abordou os 7 itens que foram levados em conta para a escolha da empresa que realizará o plano e que selecionou o consórcio liderado pela Econamfi, cujo processo de contratação está em andamento. Informou sobre o 2º passo: a apresentação do plano de trabalho, que foi mostrado para o grupo técnico local e validado pelo grupo de trabalho-GT em fevereiro. Pontuou que a expectativa é que o plano seja um raio X, uma fotografia atual da região onde está se propondo implantar o acordo do recuo, através de um censo com aplicação de questionários nas famílias que serão beneficiadas. O que se pretende é saber do morador quanto tempo mora, qual intenção futura, questões ambientais, reunir uma série de variáveis para ter uma visão geral. A intenção é que a aplicação dos questionários e levantamento dos dados secundários leve de dois a três meses. Frisou que um grupo formado por lideranças locais está assessorando o FF no diagnóstico e elaboração do plano. E que já participaram das reuniões, dentre outras lideranças, o secretário de Meio Ambiente, Vice-prefeito e 2 vereadores, que se comprometeram na implementação do plano. Citou que na última reunião foi definido que a divulgação para as 250 famílias da aplicação dos questionários será feita através de folder informativo e spot para rádio, tendo sido estipulado até 15 de abril o início do diagnóstico. Mencionou que deve-se focar nas pessoas de bem, diferenciando as 244 famílias que estão contribuindo e acreditando na proposta, das que estão atrapalhando e, naturalmente, vão ser excluídas do processo. Definiu-se ainda como plano de ação paralelo a implantação da APA Costa Dourada, contribuindo para se fortalecer o conselho gestor, que deve ser criado até 16 de maio. A equipe de mobilização é composta por Célio, Waldir, Ailton, Marcelo, Máximo, Seu Manoel, que informará às famílias a respeito das reuniões e entrevistas.

De acordo com o secretário executivo, na última reunião também foi proposto que as áreas de recuo sejam cercadas, com instalação de placas informando que são áreas para implantação de projetos de desenvolvimento coletivo. Sobre este ponto, o representante da Fibria afirmou que a ideia da colocação das placas é interessante para alertar as pessoas de bem, inclusive turistas em visita, mas quanto às cercas disse que são fáceis de ser retiradas e em 2 meses não vai ter mais nenhum moirão, nem arames. E considerou mais efetivo a intensificação da fiscalização das áreas. O representante da Suzano alegou que o melhor é que o conselho de meio ambiente, de forma coletiva, puxe o ofício que será encaminhado para os órgãos competentes e repassado para FF. A representante da Fundação Jupará se incumbiu de passar para os representantes da região de Mucuri o Plano de Desenvolvimento do município realizado pelo Prodetur.

Encaminhamentos:

- Identificação dos atores locais para realização do treinamento e enviar para João.
- Elaborar ofício para CAEMA, MPF e Inema, solicitando ações de repressão as invasões das áreas de recuo.

- Solicitar empresas que pressionem os órgãos competentes e que utilizem suas estruturas de segurança para fazer cumprir a lei, trazendo maior segurança às pessoas que estarão em campo aplicando questionários.

5. - Apresentação do Grupo de Sustentabilidade –UFSB

Com a exibição de um filme que mostra um avião sendo construído em pleno voo, o representante da UFSB resumiu a situação atual da instituição e ressaltou que a principal proposta do plano orientador é a integração social, tendo um desafio gigantesco de abrigar 85% de alunos que fizeram o 2º grau em escolas públicas, cujo ensino geralmente é ruim, e que este público saia no tempo certo, aos 3 ou 4 anos, dependendo do curso. Informou que todos os campi – Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas – coordenam uma rede de colégios universitários, com abrangência de Ubaitaba até Mucuri e que em maio entra uma nova turma, que dará um total de 1.200 alunos nos campi e que, ao mesmo tempo, ainda não foram definidas as normas da universidade. Sobre a arquitetura curricular, informou que todos entram pelo Enem, a maioria nos bacharelados interdisciplinares que tem como filosofia deixar que o jovem amadureça dentro da universidade, conhecendo todas as áreas antes de optar por um curso específico. Aluno entra em artes mas ele tem que fazer algum conteúdo em Ciência e Tecnologia ou Humanidades. Exemplificou com o curso de engenharia no qual metade dos que entram não concluem o curso e dos que concluem 50% não trabalham na área. Ou seja, o Estado paga 100% e recebe 25%. Pelo modelo proposto, caso o jovem não tenha como fazer todo o curso de engenharia, por exemplo, ele pode sair bacharel em ciências após 3 anos de curso. Ele não poderá atuar como engenheiro, mas com diploma universitário já melhora seu nível de renda e da sua família, pois pode entrar no mercado de trabalho e depois concluir sua formação. Já os que concluírem o bacharelado interdisciplinar podem ir para o mestrado ou pós-graduação. Outro exemplo colocado foram os relatórios de impacto ambiental que demandam conteúdos de duas áreas: engenharia e humanidades.

Sobre a estrutura de organização, destacou que todo professor tem que dar aula no primeiro ciclo (bacharelados interdisciplinares) e não podem só atuar em pesquisa. Todos têm que ir para a sala de aula. Frisou novamente o grande desafio da UFSB que é ser uma universidade popular de massa com ensino de qualidade e para conseguir isso os alunos terão que ser solidários com os outros, com os alunos do 2º ano ajudando os alunos do 1º ano. Outra solução adotada para a ainda carência de professores é a replicação de aulas em ambientes virtuais, sendo exibida para turmas de campi diferentes, em tempo real, com possibilidade de interação alunos/professor. Com relação à grade de cursos, adiantou que vários estão sendo pensados. Oceanologia, desenho industrial e uma pós-graduação em biodiversidade são alguns que estão em questão.

Questionado sobre se a experiência da UFSB é pioneira, esclareceu que existem cerca de 15 universidades que têm bacharelado interdisciplinar, mas nenhuma pratica, de fato, a integração social. Já os colégios universitários estão nas ideias de Paulo Freire e de Anísio Teixeira, mas colocados em prática apenas na UFSB.

6. - Releitura e fechamento da proposta de alteração do Regimento Interno do FF

Com o consentimento da plenária, não foi feita a releitura, tendo o secretário executivo indicado que os membros façam a releitura e encaminhem sugestões e alterações através do grupo de mensagens do FF.

Dia 20 de março

7. - Caderno 10 anos - fechamento dos indicadores de resultado - início da coleta de dados para elaboração do caderno comemorativo

Fechamento dos indicadores dos acordos

1-Acordo do fomento florestal

O representante da Suzano considerou que não é necessário fazer uma separação tão grande de áreas de vegetação e restauração, até para num momento futuro ver como está essa vegetação e então fragmentar. Falou ainda que com a assinatura dos PRADAs vai dar para alimentar a informação das áreas restauradas, mas não em qual estágio, mas na hora que monitoramento ficar pronto vai ter essas informações.

O secretário executivo sugeriu a inclusão de um novo indicador dentro desse mesmo indicador: número de hectares conservados, por ser um indicador interessante do produtor florestal. Disse ainda que como vai ser feito regularmente o monitoramento algumas informações que não existem agora podem estar disponíveis daqui a 2, 10 anos.

O representante da Fibria recomendou incluir o indicador 1.5 no 1.4: nº de ha conservados, restaurados e em processo de restauração.

1.6- evolução das áreas fomentadas desde 2007.

O representante do Natureza Bela questionou se vai ter algum destaque especial, já que todos os indicadores vão ter levantamento anual.

1.7-

Indicador vai ser cumulativo.

2-Acordo do recuo dos núcleos urbanos

O secretário executivo esclareceu que o propósito do acordo era criar um cinturão para produção de alimentos. E perguntou se está sendo usado para este fim.

2.5- incremento médio na renda das famílias envolvidas.

Secretário executivo lembrou que o indicador não vai medir incremento de renda onde tem efetiva produção.

Representantes das empresas ressaltaram a dificuldade de obter estes dados.

Por consenso, o indicador foi eliminado.

Considerar agricultura; esporte e lazer, infraestruturas comunitárias, conservação/tipologia outros.

3- acordo do recuo de 40 m das infraestruturas comunitárias

4- Acordo sobre sinalização das estradas e recuo lateral

4.4- grau de satisfação dos visitantes e moradores. Alto entre 80 a 100; médio entre 40 e 70 e baixo entre 0 a 39%.

Representante de Oliveira Costa avaliou como muito satisfatória a sinalização da estrada do Picadão, pois anos atrás era um risco mandar alguém de Costa Dourada para Itaúnas, já que todos tinham medo de ficar perdido.

Por consenso, decidiu-se pela aplicação de questionários bem objetivo para medir o grau de satisfação dos visitantes. Foram incumbidos para a tarefa as organizações participantes do FF das localidades de Costa Dourada e Oliveira Costa (área da Fibria e Suzano) e Caraíva (área da Veracel). Sugeriu-se também a aplicação do questionário aos proprietários de pousadas.

5- Acordo sobre a rota das barcaças.

Representante da Veracel vai atualizar os dados deste acordo.

6- Acordo sobre o congelamento de plantios em terras próprias nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa

8.4- % de propriedades fomentadas/arrendadas que diversificaram sua cultura/uso do solo.

O representante do Natureza Bela perguntou como qualificar que está diversificada?

Resposta: Tem algum outro uso? Então está diversificada.

7- Acordo sobre recuo de 300m dos plantios no litoral de Mucuri

O secretário executivo recomendou que se definam os indicadores após o plano ter sido elaborado e implementado. Esses indicadores começarão a ser medidos a partir da implementação do plano.

10- Exclusão dos plantios, fomento e compra de madeira para celulose na faixa de 10 km do litoral nos municípios de Cabrália, Belmonte e Porto Seguro na Costa do Descobrimento

A seguir a íntegra dos acordos conforme deliberado em plenária:

INDICADORES DE RESULTADOS DOS ACORDOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

1. Acordo do fomento florestal (a partir de 2007).

1.1. Área e porcentagem sobre o total de área cadastrada no CEFIR

1.2. Nº de pequenos produtores rurais inseridos nos programas de fomento Considerar pequenos produtores no conceito de produtores até 4 módulos fiscais de acordo lei 12.651);

1.3. Nº de propriedade fomentada que diversifica sua produção; (entende-se propriedade conforme definida no novo código florestal)

1.4. Nº de hectares, conservados, Restaurados e em processo de restauração;

1.5. Nº de propriedades certificadas;

1.6. Evolução das áreas fomentadas desde 2007;

1.7. Área total (em hectares) que não renovaram contrato em função da não adequação ao acordo.

2. Acordo do recuo dos núcleos urbanos (2009)

2.1. Nº de hectares recuados;

2.2. % de hectares recuados efetivamente utilizados;

2.3. Nº de famílias beneficiadas;

2.4. Qual a tipologia de uso nas áreas efetivamente utilizadas;

Considerar: agricultura, esporte e lazer; piscicultura, infraestruturas comunitárias, preservação/conservação, outros

3. Acordo do recuo de 40 m das infraestruturas comunitárias (2011):

3.1. Nº de recuos realizados.

4. Acordo sobre sinalização das estradas e recuo lateral (2013):

4.1. Área total em hectares recuados;

4.2. Extensão (em Km) de estradas abrangidas pela sinalização;

4.3. Grau de satisfação dos visitantes e moradores: (Alto) entre 80 a 100%; (Médio) entre 40 a 79%; (Baixo) entre 0 a 39%

5. Acordo sobre a rota das barcas (2009):

5.1. Taxa de incidência de conflitos (fonte de dados: canais de comunicação da empresa);

5.2. Número de famílias membros das associações e colônias de pescadores afetadas pelo acordo.

6. Acordo do monitoramento independente da cobertura vegetal (2014)

6.1. Nº de hectares em cada classe de uso do solo no sul e extremo sul da Bahia.

O indicador será levantado a partir da disponibilidade dos dados para toda a região (2016) e atualizado a cada 3 anos.

7. Acordo de exclusão de plantio das áreas de cacau-cabruca (2009):

7.1. Nº de hectares de cacau-cabruca convertidos

Obs.- A partir de 2014 a proibição foi regulamentada pela lei estadual nº 15.180

8. Acordo sobre o congelamento de plantios em terras próprias nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa, BA (a partir de 2011).

8.1. % do ISS, ICMS originado pela silvicultura em relação ao total arrecadado no município.

8.2. Número de fomentados e área

8.3. Número de pequenos produtores fomentados/arrendadas e área (até 4 módulos fiscais)

8.4. % de propriedades fomentadas/arrendadas que diversificaram sua cultura/uso do solo.

9. Acordo sobre recuo dos plantios em 300m da linha de preamar no litoral do município de Mucuri, BA (2011):

9.1. Nº de hectares recuados;

9.2. % dos diversos usos, turismo, agricultura, regeneração ambiental/conservação, uso múltiplo da floresta plantada, outros usos do solo

9.3. Nº de famílias beneficiadas por projetos na área de recuo

Obs.- A partir da elaboração e implementação do Plano Participativo de Uso e Ocupação do solo

10. Exclusão de plantios, fomento e compra de madeira para celulose na faixa de 10 km do litoral nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Belmonte na Costa do Descobrimento (2013):

10.1. Hectares de plantios com outras destinações de comércio que não a produção de celulose.

Caderno comemorativo 10 anos

Sobre o caderno dos 10 anos, o secretário executivo perguntou à plenária se os artigos serão assinados ou não e observou que a assinatura dá credibilidade à publicação. Informou que o documento base do FF já está na mão da jornalista contatada para dar forma à publicação.

Os representantes da Fundação Jupará e Manguezal Meu Quintal solicitaram a inclusão das respectivas organizações no conselho editorial do caderno dos 10 anos.

8. - Continuação do debate sobre plantios de árvores transgênicas

Lembrando que participou da visita em 2014 às instalações da FuturaGene em Itapetininga, o representante do Natureza Bela tomou a palavra para reiterar a posição da organização a respeito do evento H.421 (crescimento rápido), motivo daquela visita. Destacou que a

instituição considera a liberação do eucalipto transgênico para exploração comercial uma aventura em território desconhecido, mas não firma posição contrária, respeitando o processo conduzido pela CTNBio. O período de 6 anos para a realização dos testes é considerado muito curto para o ciclo de vida longo da árvore e a abordagem do teste é muito limitada, verificando basicamente evidências de alterações morfológicas na planta geneticamente modificada, ou, da mesma forma, também em abelhas que produziram mel a partir deste eucalipto. Ponderou que os testes parecem insuficientes para avaliar potenciais impactos a longo prazo e para assegurar com razoável grau de confiança que não haja qualquer alteração relevante. Considerou que duas implicações merecem atenção especial. Uma em relação a água, pois eucalipto consome muita água e o eucalipto de crescimento acelerado vai consumir ainda mais; sendo necessário acompanhar este impacto. Recordou que as empresas já concordaram com esta proposta na reunião de 2014 e que o objetivo é desenvolver capacidade de gestão do ciclo hídrico das micro-bacias nas áreas de plantio de eucalipto. A outra implicação é em relação ao mel, uma vez que a difusão do eucalipto transgênico vai impactar a comercialização do mel produzido em áreas onde há eucalipto transgênico, potencialmente diminuindo o valor comercial do produto. Em caso de aprovação do evento H.421 pela CTNBio, é necessário avaliar o impacto sobre a produção e comercialização do mel e estabelecer condições (locais, distâncias, manejo, etc.) que possam viabilizar a coexistência das 2 atividades econômicas. O representante do Natureza Bela informou ainda que há outras pesquisas de eucalipto transgênico em curso, autorizadas pela CTNBio. Em especial a FuturaGene desenvolve também uma variedade resistente a herbicidas. Para este caso específico o Natureza Bela manifesta posição contrária e critica a estratégia de ação contra a vida, que tem levado a humanidade à destruição do ambiente natural e a ameaça à biodiversidade. Por fim o representante do Natureza Bela solicitou que o assunto fosse incluído novamente na pauta da próxima reunião, em espaço de tempo nobre, já que nesta reunião o assunto foi o último abordado, já com a plenária esvaziada e com tempo reduzido para sua discussão.

9. - Status atual da doação de madeira de acácia

A empresa Veracel indicou uma área para servir de depósito da madeira. A empresa Suzano irá realizar o transporte.

10. - Apresentação da pesquisa de opinião, revitalização e ampliação da visita turística na Rua do Mangue-Porto Seguro

Enfatizando a importância do mangue, o representante do Manguezal Meu Quintal fez a exposição do Projeto Museu do Mangue, que tem entre seus objetivos delimitar uma área de conhecimento e visita ao mangue em Porto Seguro, tendo como público-alvo os usuários do mangue, estudantes, moradores da área vizinha, turistas e pesquisadores. Informou que já foram realizadas 2 reuniões entre a ONG Manguezal Meu Quintal e os parceiros locais: Estratégia Inovar, Mendes & Mendes Consultoria Socioambiental, O Livreiro e a Prefeitura de Porto Seguro. Entre os próximos passos está a aplicação de um questionário para saber qual o grau de sentimento de pertencimento dos moradores. A intenção é construir uma passarela sobre o mangue, em local ainda não definido, para visita e informações sobre o ecossistema.

Sendo o que ocorreu esta memória de reunião foi lavrada pela Secretaria Executiva

Ilhéus, 06/05/2015

